



PARECER TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

PARECER N° 121/2019-CGM

PROCESSO N° PP064/2019-SRP

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

SITUAÇÃO: Homologado

INTERESSADOS: Secretaria Executiva Municipal de Saúde.

EMPRESA VENCEDORA: AZEVEDO E AZEVEDO COMER. VAREJ. DE ALIMENTOS LTDA ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1. RELATÓRIO

Foi remetido pelo Pregoeiro do Poder Executivo Municipal de São Félix do Xingu/PA, o processo administrativo, no qual requer análise técnica e de conformidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial. O processo licitatório em epígrafe encontra-se em volume único, o qual foi instruído com a seguinte documentação:

- Solicitação de abertura de processo administrativo (fls. 02);
- Termo de referência (fls. 03-09);
- Justificativa para aquisição (fls. 10);
- Ato designatório dos fiscais de contrato (fls. 11-12);
- Indicação dos recursos orçamentários (fls. 13);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



-
- Declaração de adequação orçamentária e financeira (fls. 14);
 - Relação de itens (fls. 15-26);
 - Cotação de preços do mercado (fls. 27-29);
 - Cotação de valor médio (fls. 30-35);
 - Despacho da Chefe do Poder Executivo autorizando o início do processo licitatório (fls. 36);
 - Ato de designação de Pregoeiros e composição de equipe de apoio para modalidade de Pregão (fls. 37-38);
 - Autuação (fls. 39);
 - Solicitação de análise da minuta à Procuradoria Geral do Município (fls. 40);
 - Minuta do edital do pregão presencial (fls. 41-84);
 - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município (fls. 85);
 - Comprovante de publicação do aviso de licitação:
 - Diário Oficial da União (fls. 86);
 - Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 87);
 - Edital do pregão presencial e anexos (fls. 88-144);
 - Ata de realização do certame (fls. 145-166);
 - Apresentação da documentação exigida no edital (fls. 167-207);
 - Solicitação de parecer jurídico sobre os autos (fls. 208);
 - Parecer jurídico sobre o processo (fls. 209-210);
 - Termo de adjudicação (fls. 211);
 - Termo de homologação (fls. 212);
 - Publicação do aviso de homologação de licitação:
 - Diário Oficial Municípios do Estado do Pará (fls. 213).
 - Solicitação de análise técnica a Controladoria Geral do Município (fls. 214).

Sendo este o relatório, passamos a análise.



2. ANÁLISE

2.1. Da Legislação

- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 10.520/02;
- Lei Complementar nº 101/00;
- Edital do processo.

2.2. Da Fase Preparatória

O processo administrativo está autuado, protocolado, rubricado com a indicação do objeto, orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação do pregoeiro ou servidores responsáveis, termo de referência, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93.

2.3. Da Análise Jurídica

Quanto ao aspecto jurídico e formal da minuta do edital, a Procuradoria Geral do Município opinou apto a sua elaboração, posteriormente emitiu parecer favorável sobre a legalidade e conclusão do processo.

2.4. Do prazo

Em consonância com o inciso V, do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, onde o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis, sendo a última data publicada no dia 27/09/2019 e a data para abertura do certame em 15/10/2019. Cumprindo a legislação que trata da matéria.



2.5. Da Fase Externa

A fase externa é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração e passa a provocar efeitos no meio social.

2.6. Do Edital

O Edital definitivo do processo em análise consta assinado pela autoridade que o expediu, estando rubricado em todas as folhas, conforme o artigo 40, §1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece.

2.7. Da Ata de Reunião

Conforme se infere na abertura da ata de realização do pregão presencial, compareceu a empresa:

1. AZEVEDO E AZEVEDO COMER. VAREJ. DE ALIMENTOS LTDA ME;

Aberto os envelopes das propostas e documentações, percebeu-se que a empresa estava em conformidade com o edital, sendo classificada para a fase de lances e negociação de valores conforme o interesse dessa Administração.

Em seguida ao ser definido o menor preço, cotado pela empresa em epígrafe e sendo que ninguém manifestou intenção o pregoeiro informou ao representante que aceitaria os valores apresentados, ficando a contratação do fornecimento dos produtos a cargo da Secretaria Responsável.

3. DA EXCLUSIVIDADE PARA PEQUENAS EMPRESAS E MICROEMPRESAS

No presente processo, foi exercido a reserva de cotas e exclusividade para pequenas empresas e microempresas, nos termos da LC nº 123/2006 com alterações promovidas pela LC nº 147/2014.



4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O pregoeiro ADJUDICOU a empresa vencedora no certame, visto que não houve interposição de recurso ou prazo para apresentação de documentação. Após a conclusão e análise do processo administrativo licitatório pelos setores competentes, a Chefe do Poder Executivo Municipal HOMOLOGOU o processo licitatório.

4.1 Da análise dos itens

O certame é composto de 55 (cinquenta e cinco) itens, que foram cotados e posteriormente passados pelo processo de concorrência de valores e sendo adjudicados. Devido a quantidade, este sistema de controle interno realizou análise por amostragem dos itens:

00004 – AMACIANTE DE ROUPAS 2 LTS

Valor Cotado R\$ 8,09

Valor Adjudicado R\$ 8,08

00012 – CESTO PEQ. P/ LIXO

Valor Cotado R\$ 10,31

Valor Adjudicado R\$ 10,30

00025 – FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL

Valor Cotado R\$ 19,88

Valor Adjudicado R\$ 15,99

00034 – PANO DE CHÃO

Valor Cotado R\$ 5,95

Valor Adjudicado R\$ 5,94



5. DO FISCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse público.

5.1. Vigência do Contrato Administrativo

Os contratos originados o presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.

5.2. Fiscal de contrato

Foi encontrado nos autos a designação da servidora Flávia Maria Prudente Pereira para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato alvitre final deste processo.

6. RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que seja observado o art. 42, *caput*, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.
- Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.

CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo licitatório em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Face a todo o exposto, concluímos:

Que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária em conformidade com análise jurídica.

É verdadeiro ressaltar que, a geração de despesa é de inteira carga do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da Controladoria Geral do Município.

MANIFESTA-SE, portanto:

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA.

Retorne os autos ao Pregoeiro para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

São Félix do Xingu, 01 de novembro de 2019.

Gustavo Miranda Faria
Analista de UCI I
Decreto nº1315/2017